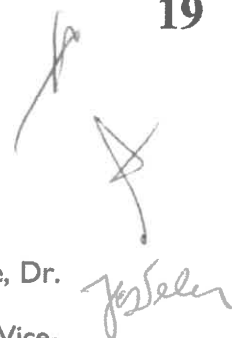


-----**Ata número sessenta e seis**-----

Aos treze dias do mês de maio de 2022, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu na sede da sociedade sita na Rua Visconde de Seabra n° 3, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., com o número de matrícula e de pessoa coletiva n° 503.093.742, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de €434.500.000,00. A Assembleia Geral foi convocada nos termos legais e estatutários, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas Individuais do exercício de 2021, bem como sobre as Contas Consolidadas do mesmo exercício; -----
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2021; -----
3. Deliberar sobre o Relatório de Sustentabilidade do exercício de 2021; -----
4. Deliberar sobre o relatório de boas práticas de governo societário de 2021;-----
5. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade; -----
6. Quadro Estratégico de Compromisso-----
7. Deliberar sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 -----
8. Deliberar sobre a eleição do Conselho Fiscal para o mandato 2022-2024.-----
9. Deliberar sobre a eleição do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores de Contas, para o mandato 2022-2024-----
10. Outros assuntos de interesse para a sociedade.-----

Encontrava-se presente e devidamente representada a totalidade do capital social, pela Dr.ª Ana Santos Martins, em representação da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), S.A., e pelo Dr. Miguel Namorado Rosa, em representação da Caixa Geral de Depósitos, S.A., conforme cartas de representação que ficam arquivadas no dossier de anexos da sociedade.-----




Participaram na reunião os membros do Conselho de Administração da sociedade, Dr. José Carlos Athaide dos Remédios Furtado, Presidente, Eng^o José Manuel Sardinha, Vice-Presidente, Dra. Catarina Isabel Clímaco Monteiro d'Oliveira, Dra. Carla da Conceição Afonso Correia, Dr. Jaime Serrão Andrez, vogais, bem como todos os membros do Conselho Fiscal, Dra. Carla Ribeiro, Presidente, Dr. Mário Carrega e Dr. Rui Cabeças, vogais. Participou também, o representante da sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Grant Thornton, SROC, Lda), Dr. Pedro Lisboa Nunes, o representante do Auditor Externo (Pricewaterhousecoopers), Dr. José Bizarro Duarte, e o Secretário da Sociedade, Dra. Cristina Rebelo Pereira. -----

Presidiu aos trabalhos a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dra. Isabel Sofia de Sousa Santos. Esteve também presente a Senhora Vice-Presidente da Mesa da Assembleia, Dra. Helena Dias Duarte. Secretariou o Dr. José do Espírito. Santo Menezes e Teles, Secretário da Mesa da Assembleia Geral. -----

Iniciados os trabalhos no **ponto um** da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Dra. Isabel Sofia de Sousa Santos, deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, Dr. José Furtado, tendo este, no seu uso, começado por saudar os representantes dos acionistas Parpública e Caixa Geral de Depósitos, os membros da mesa e das estruturas de fiscalização, e os colegas presentes. -----

De seguida, o Presidente do Conselho de Administração, Dr. José Furtado, efetuou uma breve apresentação dos resultados e atividade da empresa no exercício de 2021 e perspetivas para 2022, referindo que *«...2021 ficou particularmente bem patente a importância de que se reveste a gestão da água. No início do ano, em circunstâncias dramáticas, recaía na água a função primordial para proteção da saúde pública. No final do ano, a cimeira do clima de Glasgow e o ano hidrológico, colocaram a água no topo da atenção. O Grupo Águas de Portugal, apesar de severas condicionantes - de cariz circunstancial, processual e operacional,*



prosseguiu o rumo estratégico, no sentido de melhorar o modelo de governo e a qualidade da organização, manter elevado o padrão do serviço prestado e dar resposta aos novos desafios societários em domínios da sustentabilidade. Destaco o Compromisso de Integridade firmado em dezembro de 2021, que vincula todas as empresas do Grupo na salvaguarda dos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e excelência das práticas de gestão pública. Foi instituído um modelo de governação que estabelece os diferentes órgãos e instrumentos internos para cumprimento do compromisso assumido. Relativamente ao desempenho económico e financeiro, é de assinalar a consistência na trajetória positiva de evolução da generalidade dos indicadores, nomeadamente no volume de negócios, nos meios gerados e nos resultados, na recuperação do desvio tarifário acumulado e no endividamento, não obstante o aumento significativo do investimento. Importará apenas sublinhar que se tratam de contas consolidadas relativas a um perímetro empresarial muito alargado e diferenciado, pois que as empresas estão alicerçadas e delimitadas no território que servem, refletindo as marcadas assimetrias sócio-económicas». O Dr. José Furtado referiu ainda «...que se perspetiva para o próximo quinquénio uma nova vaga de investimentos na ordem dos 1.5 mil milhões de euros, que apenas teve paralelo há 20 anos, que vai requerer uma forte mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros. Por fim, quero manifestar o maior apreço pelo espírito construtivo e de cooperação de que beneficiámos por parte dos nossos acionistas, dos membros dos órgãos sociais e das estruturas de fiscalização com quem nos relacionamos. Uma menção muito genuína de reconhecimento é devida aos trabalhadores das empresas do Grupo, pelo seu empenho e dedicação em circunstâncias muito complexas.» -----

De seguida foi dada a palavra à Dra. Catarina Monteiro d'Oliveira, administradora com o pelouro financeiro, tendo esta efetuado uma apresentação do Relatório de Gestão e das Contas individuais e consolidadas do exercício de 2021.-----



Finda a apresentação, foi dada a palavra à Presidente do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, os quais reiteraram a posição favorável à aprovação das contas, manifestada nos respetivos pareceres, emitidos sobre as contas do exercício. Foi de seguida dada a palavra aos representantes das acionistas PARPÚBLICA e Caixa Geral de Depósitos, tendo estes manifestado a qualidade da apresentação efetuada e da informação transmitida. Posto à votação o ponto um da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade aprovar o Relatório de Gestão e as Contas Individuais do exercício de 2021, bem como as Contas Consolidadas do mesmo exercício.-----

Entrando-se de seguida no **ponto dois** da ordem de trabalhos, foi apresentada a seguinte proposta do Conselho de Administração, para aplicação de resultados do exercício de 2021: -----

«O resultado líquido da AdP SGPS, no exercício de 2021 ascendeu a 56.038.209,39 EUR (cinquenta e seis milhões trinta e oito mil duzentos e nove euros e trinta e nove cêntimos).—

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 19.º do contrato de sociedade e dos artigos 31.º a 33.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, *propõe que o resultado líquido do exercício de 2021, apurado nas demonstrações financeiras separadas, tenha a seguinte aplicação:* -----

Para Reserva legal: 2.801.910,47 EUR (dois milhões, oitocentos e um mil novecentos e dez euros e quarenta e sete cêntimos); -----

Para Resultados transitados: 25.736.298,92 EUR (vinte e cinco milhões, setecentos e trinta e seis mil duzentos e noventa e oito euros e noventa e dois cêntimos); -----

Para Distribuição de dividendos: 27.500.000,00 EUR (vinte e sete milhões e quinhentos mil euros) »».-----

Posta à votação a proposta de aplicação de resultados, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Entrando-se de seguida no **ponto três** da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade aprovar o Relatório de Sustentabilidade relativo ao exercício de 2021. ----

Entrando-se no **ponto quatro** da ordem de trabalhos, foi submetido à aprovação dos acionistas o Relatório de Governo Societário de 2021, elaborado de acordo com os deveres de informação e transparência que decorrem do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e em cumprimento das orientações emanadas para o efeito pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM). O Relatório sobre o Governo da Sociedade reflete a estrutura de governação da Águas de Portugal e as práticas adotadas em matéria de Corporate Governance, para cumprimento da Lei e das Boas Práticas de Gestão e foi objeto do Relatório de análise n.º 123/2022 da UTAM, de 6 de maio de 2022. -----

Posto à votação o ponto quatro da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade aprovar o Relatório de Governo Societário de 2021. -----

No **ponto cinco** da ordem de trabalhos, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra à representante da acionista PARPÚBLICA, a qual, no seu uso, propôs um voto de confiança aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, individualmente considerados, extensível aos demais órgãos sociais pela atividade desenvolvida em 2021. Colocada à votação a proposta apresentada pela PARPÚBLICA, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

No **ponto seis** da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, Dr. José Furtado, tendo este no seu uso feito uma breve apresentação sobre o Quadro Estratégico de Compromisso, apresentado ao Grupo, Acionistas, principais Stakeholders e Tutela, em 2020. Foi referido pelo Dr. José Furtado que o Grupo AdP dispõe de capacidade e competências para, com empenho e determinação, prosseguir com o rumo traçado no Quadro Estratégico de Compromisso, tendo como

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

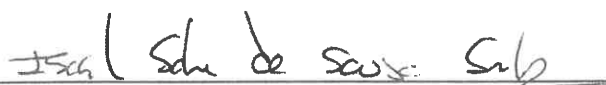
prioridade a salvaguarda de padrões elevados de serviço prestado, a par do reforço da capacidade de resposta em domínios da sustentabilidade, designadamente à dinâmica associada às alterações climáticas, à descarbonização e à economia circular. -----

No **ponto sete** da ordem de trabalhos, a representante da acionista PARPÚBLICA propôs o adiamento da deliberação sobre este ponto dado não estarem reunidas as condições necessárias para que os acionistas possam deliberar sobre o mesmo. Colocada à votação a proposta apresentada pela PARPÚBLICA, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Nos **pontos oito e nove**, a representante da acionista PARPÚBLICA propôs o adiamento da deliberação sobre estes pontos dado não estarem reunidas as condições necessárias para que os acionistas possam deliberar sobre os mesmos. A representante da acionista PARPÚBLICA deu nota que, embora seja possível promover a respetiva deliberação em momento posterior à presente Assembleia Geral, quando estiverem reunidas as condições para tal, através da emissão de uma Deliberação Social Unânime por Escrito, se sobreleva o interesse de fazer alinhar os períodos dos mandatos de todos os órgãos societários, propondo que se faça coincidir o período de vigência de todos os mandatos, procedendo para tal à eleição de todos os órgãos sociais apenas em 2023, para o período 2023-2025. Posta à votação a proposta apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

No **ponto dez** da ordem de trabalhos, nada foi referido. -----

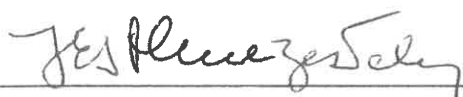
Nada mais havendo a deliberar, foi a reunião encerrada, pelas doze horas e cinco minutos, dela se lavrando a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes e pelo Secretário da Sociedade. -----



Isabel Sofia de Sousa Santos – Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Helena Dias Duarte – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral



José do Espírito. Santo Menezes e Teles - Secretário da Mesa da Assembleia Geral



Cristina Rebelo Pereira – Secretário da Sociedade (Artº 446º B do CSC)

